

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca
Deputado Pompílio Canavez

MSC
MSC

Presidente
Vice-Presidente



Deputada Liza Prado	BPS
Deputado João Leite	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC
Deputado Paulo Lamac	MSC
Deputado	BPS
Deputado Anselmo José Domingos	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Gilberto Abramo	MSC
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BPS
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC
Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIENCIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT



Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS
Deputada Rosângela Reis	BPS
Deputado Antônio Lerin	BPS
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC
Deputado Vanderlei Miranda	MSC

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Pompílio Canavez	MSC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Duarte Bechir	BPS
Deputado Célio Moreira	BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	



Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Bruno Siqueira MSC
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado André Quintão MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Zé Maia BTR Presidente
Deputado Doutor Viana BTR Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio BPS
Deputado João Vitor Xavier BTR
Deputado Antônio Júlio MSC
Deputado Ulysses Gomes BMC
Deputado Gustavo Perrella PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Rogério Correia MSC
Deputado Ivair Nogueira BMC
Deputado Sargento Rodrigues PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Célio Moreira BTR Presidente
Deputado Duarte Bechir BPS Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Gustavo Corrêa BTR
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra BTR
Deputado Hely Tarquínio BPS
Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Ivair Nogueira MSC

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Sávio Souza Cruz MSC Presidente
Deputado Tiago Ulisses BPS Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado Carlos Henrique MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes MSC
Deputado Rômulo Veneroso BPS
Deputado Dalmo Ribeiro Silva BTR



Deputado Fábio Cherm
Deputado Antônio Júlio

BPS
MSC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão
Deputado Fred Costa
Deputado Bosco
Deputado Antônio Lerin
Deputado Carlin Moura

MSC Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão
Deputado João Leite
Deputado Sebastião Costa
Deputado Rômulo Veneroso
Deputado Celinho do Sinttrocel

MSC
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Fabiano Tolentino
Deputado Rômulo Viegas
Deputado Romel Anísio
Deputado Doutor Viana

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BPS
BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Deputado Luiz Humberto Carneiro
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Antônio Lerin
Deputado Rogério Correia

BPS
BTR
BTR
BPS
MSC

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir
Deputada Ana Maria Resende
Deputado Luiz Henrique
Deputado Deiró Marra
Deputado Gilberto Abramo

BPS Presidente
BTR Vice-Presidente
BTR
BTR
MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado João Leite
Deputado Bosco
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Antônio Júlio

BPS
BTR
BTR
BTR
MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi
Deputado Hely Tarquínio

BTR Presidente
BPS Vice-Presidente

Deputado Doutor Wilson Batista

BPS



Deputado Neider Moreira	BTR
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BPS
Deputado Duílio de Castro	BPS
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Almir Paraca	MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR
Deputado Durval Ângelo	MSC
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputada Rosângela Reis	BPS	Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	Vice-Presidente
Deputado Juninho Araújo	BPS	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir	BPS
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Antônio Genaro	BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min****MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Adalcleber Lopes	MSC	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	MSC
Deputado Carlin Moura	MSC
Deputado Fábio Cherem	BPS
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR

**COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO****Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO**1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR****2 - ATAS**

2.1 - 10ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Entrega ao Sr. Flávio Roberto Silva de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração da Vallourec & Mannesmann do Brasil e da Vallourec - Sumitomo Tubos do Brasil, do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais

2.2 - 11ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Justiça do Trabalho pelos 70 anos de sua Criação

2.3 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA****RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR****RELAÇÃO DOS DEPUTADOS EM EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR**

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

Almir Paraca Cristovão Cardoso (PT)

* Almir Paraca

Ana Maria de Resende Vieira (PSDB)

* Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Anselmo José Gomes Domingos (PTC)

* Anselmo José Domingos

Antônio Carlos Arantes (PSC)

* Antônio Carlos Arantes



Antonio dos Reis Gonçalves Lerin (PSB)
* Antonio Lerin

Antônio Genaro Oliveira (PSC)
* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)
* Antônio Júlio

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)
* Arlen Santiago

Bruno de Freitas Siqueira (PMDB)
* Bruno Siqueira

Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (PSDB)
* Carlos Mosconi

Carlos Henrique Alves da Silva (PRB)
* Carlos Henrique

Carlos Magno de Moura Soares (PCdoB)
* Carlin Moura

Cássio Antônio Ferreira Soares (PRTB)
* Cássio Soares

Célio de Cássio Moreira (PSDB)
* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)
* Dalmo Ribeiro Silva

Deiró Moreira Marra (PR)
* Deiró Marra

Délio de Jesus Malheiros (PV)
* Délio Malheiros

Delvito Alves da Silva Filho (PTB)
* Delvito Alves

Dilzon Luiz de Melo (PTB)
* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PSDB)
* Dinis Pinheiro

Duílio de Castro Faria (PMN)
* Duílio de Castro

Durval Ângelo Andrade (PT)
* Durval Ângelo

Edy Araújo Júnior (PTB)
* Juninho Araújo

Elismar Fernandes Prado (PT)
* Elismar Prado

Fabiano Galletti Tolentino (PRTB)
* Fabiano Tolentino

Frederico Borges da Costa (PHS)
* Fred Costa

Gilberto Aparecido Abramo (PRB)
* Gilberto Abramo

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (DEM)
* Gustavo Valadares

Gustavo de Faria Dias Corrêa (DEM)
* Gustavo Corrêa

Gustavo Henrique Perrella Amaral Costa (PDT)
* Gustavo Perrella

Hélio Gomes Alves (PSL)
* Hélio Gomes

Hely Tarquínio (PV)
* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)
* Inácio Franco

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)
* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (DEM)
* Jayro Lessa



João Bosco (PTdoB)
* Bosco

João Leite da Silva Neto (PSDB)
* João Leite

João Vítor Xavier Faustino (PRP)
* João Vítor Xavier

José Alves Viana (DEM)
* Doutor Viana

José Bonifácio Mourão (PSDB)
* Bonifácio Mourão

José Célio de Alvarenga (PCdoB)
* Celinho do Sinttrocel

José de Freitas Maia (PSDB)
* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)
* José Henrique

Leonardo Fernandes Moreira (PSDB)
* Leonardo Moreira

Liza Fernandes Prado (PSB)
* Liza Prado

Luiz Carlos Miranda Faria (PDT)
* Luiz Carlos Miranda

Luiz Fábio Cherem (PSL)
* Fábio Cherem

Luiz Henrique Maia Santiago (PSDB)
* Luiz Henrique

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)
* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Sávio de Souza Cruz (PMDB)
* Sávio Souza Cruz

Luiz Tadeu Martins Leite (PMDB)
* Tadeu Martins Leite

Luzia Maria Ferreira (PPS)
* Luzia Ferreira

Maria Tereza Lara (PT)
* Maria Tereza Lara

Marques Batista de Abreu (PTB)
* Marques Abreu

Mauri José Torres Duarte (PSDB)
* Mauri Torres

Nacib Duarte Bechir (PMN)
* Duarte Bechir

Neider Moreira de Faria (PPS)
* Neider Moreira

Neilando Alves Pimenta (PHS)
* Neilando Pimenta

Paulo José Carlos Guedes (PT)
* Paulo Guedes

Paulo Roberto Lamac Junior (PT)
* Paulo Lamac

Pompílio de Lourdes Canavez (PT)
* Pompílio Canavez

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)
* Rogério Correia

Romel Anísio Jorge (PP)
* Romel Anizio

Rômulo Antônio Viegas (PSDB)
* Rômulo Viegas

Rômulo Victor Pinheiro Veneroso (PV)
* Rômulo Veneroso

Rosângela de Oliveira Campos Reis (PV)
* Rosângela Reis



Sebastião Costa da Silva (PPS)
* Sebastião Costa
Sérgio Lúcio de Almeida (PDT)
* Tenente Lúcio
Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)
* Tiago Ulisses
Ulysses Gomes de Oliveira Neto (PT)
* Ulysses Gomes
Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)
* Vanderlei Miranda
Washington Fernando Rodrigues (PDT)
* Sargento Rodrigues
Wilson Roberto Batista (PSL)
* Doutor Wilson Batista

Em 17/5/2011

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.



ATAS

ATA DA 10ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/5/2011

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Célio Moreira - Apresentação musical - Entrega de título - Palavras do Sr. Flávio Roberto Silva de Azevedo - Apresentação musical - Palavras do Vice-Governador do Estado - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:
Dinis Pinheiro - Célio Moreira - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Flávio Roberto Silva de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração da Vallourec & Mannesmann do Brasil e da Vallourec-Sumitomo Tubos do Brasil, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do Deputado Célio Moreira, pelo Governador do Estado, por meio de decreto publicado no “Diário do Executivo” em 17/12/2009.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Flávio Roberto Silva de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração da Vallourec & Mannesmann do Brasil e da Vallourec-Sumitomo Tubos do Brasil; Sylvio Malta, Secretário de Administração Regional Municipal do Barreiro, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; Vereador Ronaldo Gontijo, 1º-Secretário da Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o Presidente, Vereador Léo Burguês; Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Delegado-Geral Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; e Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Alexandre Lyra e Manfred Leyerer, respectivamente, Diretor-Geral e Diretor Financeiro da Vallourec & Mannesmann do Brasil; e Luiz Fernando Pires, Presidente do Sinduscon.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da PMMG, sob a regência do Subten. Oscar Rocha.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Célio Moreira

Boa-noite. Gostaria de cumprimentar os Exmos. Srs. Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa; Flávio Roberto Silva de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração da Vallourec & Mannesmann do Brasil e da Vallourec



Sumitomo Tubos do Brasil; nosso querido amigo Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado; Sylvio Malta, Secretário de Administração Regional Municipal do Barreiro, representando o Exmo. Sr. Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Vereador Ronaldo Gontijo, 1º-Secretário da Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o Vereador Léo Burguês, Presidente da Câmara Legislativa; Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais; Delegado-Geral Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

É tradição desta egrégia Casa Legislativa homenagear com o título de Cidadão Honorário personalidades que se destacam por ações ou serviços que contribuem para o engrandecimento deste Estado, em segmentos diversos.

Como autor do requerimento que ensejou esta homenagem, coube-me a honra de tecer algumas linhas sobre o homenageado desta noite, Dr. Flávio Roberto Silva de Azevedo, Presidente dos Conselhos Administrativos da V&M do Brasil e da Vallourec Sumitomo Tubos do Brasil e o fiz com a preocupação de reconstruir a linha do tempo em que se insere a trajetória desse homem, cidadão e empreendedor. Perpassando essa linha do tempo, ative-me a uma frase contida no livro “Qual o Tempo do Cuidado”, da escritora Maria Júlia Paes da Silva, que diz: “O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”.

Tenho-o, Dr. Flávio, a exemplo de seus colaboradores, no restrito contexto dos homens incomparáveis. A distinção a que o senhor faz jus nesta noite encontra respaldo em sua rica história de vida e principalmente na trajetória de inquestionável brilho, que lhe valeu a posição de um dos mais importantes executivos do Grupo Vallourec.

Aqui temos, senhoras e senhores, um perfil fortemente marcado pela sobriedade e pela seriedade gaúcha e ao mesmo tempo visivelmente eivado por traços da mais pura mineiridade. A perfeita harmonização do “tchê” e do “uai”.

Temos aqui um empreendedor visionário e obstinado, um líder de talento incomum, cidadão leal a seus parceiros, solidário e generoso com toda a comunidade. Um perfil assim definido pelo escritor Augusto Cury: “Ser um empreendedor é executar os sonhos, mesmo que haja riscos. É caminhar por lugares desconhecidos, mesmo sem bússola. É não esperar uma herança, mas construir uma história”. E, para nosso orgulho, parte importante da história desse nosso homenageado está sendo escrita entre as montanhas deste Estado.

Esta é, senhoras e senhores, também uma noite de reconhecimento e, por que não?, de confraternização dos Estados mineiro e gaúcho, aqui muito dignamente representado por este seu filho ilustre. O homem é na visão de estudiosos o produto do meio. Ao corroborarmos tal conceito, havemos de concluir, Dr. Flávio, que o senhor foi privilegiado no nascedouro, donde há de ter herdado os valores morais, éticos e intelectuais que viabilizaram seus sonhos e projetos de vida.

Pela importância conquistada nos cenários nacional e internacional, o senhor legitima o espírito do seu Estado natal, o Rio Grande do Sul, seara de homens e mulheres corajosos, referenciados por figuras lendárias, entre eles os revolucionários Anita Garibaldi e Bento Gonçalves. Berço de estadistas da fleuma dos ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, de políticos de notável grandeza como Leonel Brizola e tantos outros gaúchos que contribuíram para a grandeza deste país. Reduto de intelectuais e grandes escritores, como Érico Veríssimo, Luís Fernando Veríssimo, Josué Guimarães e Caio Fernando Abreu, citando apenas alguns. Permita-me, Dr. Flávio, a indiscrição de invadir sua privacidade, para falar um pouco de sua vida, remontando, senhoras e senhores, a 5/12/54.

Nessa data, nascia, em Porto Alegre, o garoto Flávio, que viria ser o orgulho dos pais - o casal formado pelo Sr. Hony de Azevedo, contador, e pela Sra. Elvira de Azevedo, educadora. Cedo ainda, a inteligência e o espírito desbravador do jovem Flávio lhe mostrariam que as divisas, cercas e alambrados não seriam capazes de deter sua força, sua vocação para os desafios. Dei-me a pensar, Dr. Flávio, que, sem saber, o senhor tomava o caminho de Minas quando da escolha da profissão, ao graduar-se, em 1977, como Engenheiro Metalurgista na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fazendo o mestrado na mesma instituição. Logo, o jovem engenheiro perceberia que o futuro almejado exigia voos mais altos. Assim, cruzou o oceano rumo à Europa. Em 1986, recebeu o título de Doutor em Engenharia pelo Instituto de Siderurgia da Universidade Técnica de Aachen, na Alemanha.

Retornando ao seu país de origem, integrou-se ao corpo executivo da Vallourec e Mannesmann como assistente da Diretoria Industrial da Mannesmann S.A. Em 2003, graduou-se em Gestão de Negócios pelo IBMEC. Nosso homenageado galgou com irrepreensível capacidade os degraus que o levariam ao topo. Exerceu sucessivamente, no período de 1989 a 2004, as posições de Gerente do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, na Usina Barreiro, Superintendente da área de Qualidade, Pesquisa e Desenvolvimento, Superintendente de Qualidade, Planejamento e Logística da V&M do Brasil, Superintendente da Unidade de Tubos Automotivos e de Precisão, Superintendente-Geral de Produção, Presidente e Diretor Operacional da V&M do Brasil. Em 2009, foi conduzido à chefia da Divisão Brasil, tornando-se Presidente dos Conselhos Administrativo da V&M do Brasil e Administrativo da Vallourec Sumitomo do Brasil. Assumiu ainda a posição de membro do Comitê Executivo da Vallourec Internacional, que ocupa atualmente.

O vasto currículo do nosso homenageado registra ainda sua brilhante atuação como membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Siderurgia, desde 2004. Ele presidiu o Instituto no período de 2008 a 2010 e foi membro do Conselho Consultivo da ABM, no biênio 2005-2006. É membro do Conselho Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais desde 2006. Em sua portentosa bagagem de conquistas e méritos, constam ainda 33 trabalhos técnicos publicados sobre processos metalúrgicos e seu modelamento em veículos especializados. Como um privilegiado amigo desta importante personalidade, não me cabe outro parecer sobre ele que se distancie daqueles manifestados pela maioria de seus admiradores. Entre esses, não tenho dúvida, estão a amada filha, Fernanda, e a dedicada esposa, Rosane Mann Azevedo, às quais estendo nossas homenagens.

Se para Minas nosso Dr. Flávio trouxe por legado um jeito característico do sul-riograndense, memórias da bombacha e do chimarrão, aqui acolheu a mineirice já fartamente manifestada em gostos e gestos. Como bom gaúcho, preserva o gosto pelo churrasco, que já rivaliza com uma das iguarias destacadas da culinária de Minas, nosso saboroso leitão à mineira. Os feitos desse homem e sua trajetória à frente da Mannesman já lhe valeram outras homenagens: o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte e a condecoração com a Medalha da Inconfidência, entre tantos.



Tomo a liberdade de invocar o escritor Augusto Cury, no texto em que ele retrata, com rara propriedade, homens incomuns. Diz ele: “para as pessoas dotadas de capacidade acima da média, que não encontram qualquer dificuldade em alcançar êxitos e em realizar sua cota-parte de trabalho no mundo, para essas pessoas a compulsão moral a não serem nada senão normais significa o leito de Procusto: mortal e insuportavelmente fastidioso, um inferno de esterilidade e de desespero”.

Finalizando, quero dizer ao meu amigo Flávio, aos seus familiares, amigos e convidados, que Minas se sente honrada de tê-lo nesta data como seu mais novo cidadão honorário. Desejamos-lhe toda a sorte nos novos desafios que se seguirem vida afora, sabedor que sou de que em breve o senhor estará integrando o seleto corpo de executivos da Vallourec & Mannesmann Tubes, na França.

Deixo aqui um pensamento de Voltaire, que a meu ver explica a gloriosa jornada pessoal e profissional do Dr. Flávio Roberto Silva de Azevedo: “O sucesso sempre foi a criação da ousadia”. Que seu exemplo, Flávio, seja inspiração para nossos jovens. E, em deixando este torrão mineiro, não se esqueça de que será sempre um de nós, um cidadão de Minas. Leve nosso respeito, carinho e agradecimento. Obrigado a todos e boa noite.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o duo Leque Harmônico Conversa de Violões, composto pelos músicos André Carvalho e Aulus Rodrigues, que apresentará a música “Clube da Esquina II”, de Milton Nascimento, Lô Borges e Márcio Borges, e um “pot-pourri” de mestres da música brasileira, como Hermeto Pascoal, em “Forró Brasil”; Luiz Gonzaga, em “Asa Branca”; Villa-Lobos, em “O Trenzinho do Caipira”; e “Peixe Vivo”, de autoria desconhecida.

- Procede-se à apresentação musical.

Entrega de Título

O locutor - Neste momento, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Flávio Roberto Silva de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração da Vallourec & Mannesmann do Brasil e da Vallourec-Sumitomo Tubos do Brasil, passando-lhes às mãos o diploma. O título de cidadania traz os seguintes dizeres: (- Lê:) “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto publicado no dia 17/12/2009 e a requerimento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Sr. Flávio Roberto Silva de Azevedo o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira. Belo Horizonte, 20/5/2011. Antonio Augusto Junho Anastasia e Deputado Dinis Pinheiro.”

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Célio Moreira e o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho para nos acompanharem.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. Flávio Roberto Silva de Azevedo

Exmos. Srs. Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais; Sylvio Malta, Secretário de Administração Regional Municipal do Barreiro, representando o Sr. Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Vereador Ronaldo Gontijo, 1º-Secretário da Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o Vereador Léo Burguês, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente do Estado; Jairo Lellis Filho, Delegado-Geral e Chefe de Polícia Civil do Estado; Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e ex-colega da Mannesmann, a quem agradeço as palavras tão gentis e elogiosas; Alexandre, Manfred e Tancredo, meus colegas de Diretoria; senhoras e senhores, começa aqui uma luta com muita emoção. Vamos ver como vou me sair nesta noite, com relação a este momento.

É com muita honra, gratidão e, principalmente, com muita emoção que venho a esta Casa receber o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais. E é com a mesma emoção que agradeço ao Deputado Célio Moreira a indicação do meu nome para tão significativa nomeação. Da mesma forma, agradeço também ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, e a todos os demais Deputados.

Aqui vivo há mais de 24 anos. Aprendi a gostar da cidade de Belo Horizonte, a amar Minas e seu povo. Seu jeito, seu clima maravilhoso, seu céu azul desbragado, sua música degustada com cachaça e torresmo.

Aprendi aqui a ver as mudanças das cores destas serras, a ver o fogo do minério acender-se em seu verde-escuro nas últimas labaredas do sol, ao final do dia, magicamente.

Disse a alguns aqui presentes sobre esse fenômeno tão bonito. A eles mostrei - quem aqui presente ainda não viu, por favor, preste mais atenção. É por assim natural que neste Estado, na minha opinião, a siderurgia tenha tido seu berço e floresça com tal força de vocação. Também foi assim natural, apesar de completamente inesperada, minha vinda para cá, metalurgista e siderurgista por paixão que sou, naquele janeiro de 1987. Não há Estado melhor para um siderurgista se formar, crescer e poder sonhar seu futuro como este das Minas Gerais, rico por natureza e forte pelo povo que abriga.

Quando aqui cheguei, não conheci a cidade nem suas gentes. Vim chegado de longe, da Alemanha, contratado pela então Siderúrgica Mannesmann, repleto de planos e inseguranças, movido pela paixão de colocar em ação o que havia aprendido na impulsividade, comum a todos nós quando temos 32 anos de idade. Vim com a família e aqui fui recebido. Muito bem-recebido, com carinho, café e pão de queijo, como requer a tradição. Fui acolhido, primeiro, pela Eleonora, pelo Lúcio e pela Renatinha, hoje Dra. Renata, aqui presentes; depois, Tancredo e sua família, o Júlio, a Magda. Assim foram-me acolhendo muitos, todos esses colegas e amigos mineiros, que aqui os tenho. São muitos, impossível aqui citar, muito menos categorizá-los. Vejo vocês daqui, e vocês sabem quem são e o que significam para mim. Por assim ser, considero-me um homem muito rico, muito rico por esta grande família que tenho, por esta grande família mineira. Sei também que esta honra - cuja real dimensão tenho - a que hoje faço jus foi tecida com os feitos e o crescimento da empresa em que tenho a honra e a alegria, principalmente a alegria, de trabalhar e que se inaugurou em Belo Horizonte em 1954, no mesmo ano do meu nascimento.



A Vallourec & Mannesmann do Brasil, empresa mineira de destaque no cenário siderúrgico nacional, tem sido legitimada pelos muitos prêmios nominando-a várias vezes melhor empresa siderúrgica do ano, traspassa hoje o cenário nacional e coloca-se como a maior contribuinte também para o sucesso do grupo Vallourec internacional, que pela confiança no Brasil e principalmente pela confiança em Minas, investe mais US\$3.000.000.000,00 na construção de sua segunda usina neste Estado, a maior usina de seu conjunto de usinas no mundo inteiro, com capacidade para 1 milhão de toneladas de aço, associada com a Sumitomo Metals do Japão. A Vallourec Sumitomo do Brasil já nasce gigante, criando mais riquezas para o Estado e para o País, de cujo projeto tive e tenho a honra de participar ativamente.

Mas me sinto honrado também principalmente porque quase todos os amigos que tenho também são de meu convívio profissional, com poucas, muito poucas exceções. E é graças a toda esta família da VMB e agora da VSB que recebo esta distinção. Tenho plena consciência disso. Nada se faz sozinho. Não fosse pela ajuda de vocês, não estaria aqui hoje, nem teria na empresa a posição que atingi. Aproveito, pois, a oportunidade para agradecer-lhes a grande ajuda, os aprendizados, mas principalmente o carinho e o acolhimento.

Vocês me ensinaram a ser mineiro. E muito. A gostar da cachaça, do fogão a lenha, do sorvete de queijo com goiabada, das montanhas, por seus vales e por seus picos, nas caminhadas que tive oportunidade de fazer com alguns de vocês, nos belos horizontes que da cidade não é privilégio - pois são muitos, demais da conta, "sô". Foi com vocês - cada um a seu tempo e cada um do seu jeito, como muitas são as Gerais, como dito por Guimarães Rosa -, que vim aprender a amar e principalmente a entender. Somente passando bastante tempo no convívio com vocês por aqui, quando a mineiridade já se adentrava em mim e o "tchê" lentamente foi sendo substituído pelo "uai".

Os valores que comigo trouxe aqui encontraram terreno fértil e muitos parceiros, para frutificarem, na quietude mansa e velada de Minas, mas empreendedora, inovadora, rica em amor à pátria e à família e de força executora - confesso - excepcional, traduzindo de forma sábia a mais pura mineiridade. Povo de discreta mas profunda alegria, sestroso mas de amizade muito sincera, que conheço e desfruto. Tenho, pois, muito orgulho de ser também mineiro, e se me permite a modéstia, considero-me apto e verdadeiramente agradecido por esta concidadania, pois do muito que aprendi e dos valores que partilho e assumi aqui, já de coração me considerava mineiro há muito tempo. Faltava só a cerimônia e a oficialização. Por falar nisso, gostaria de dizer, de público, que a atitude de reconhecer e homenagear constitui um ato de desprendimento e de profunda demonstração de consideração e afeto desta Casa, que muito respeito e que é respeitada no Brasil inteiro. Agradeço assim, mais uma vez, ao Deputado Célio Moreira, meu colega de Mannesmann, onde trabalhamos entre 1984 e 1995.

Trago no peito ainda, e não poderia ser diferente, a visão dos pampas onde cresci, mas já há muito o mistério das montanhas, o azul do céu, as riquezas das Gerais enchem minha vida, meu coração e o da minha família. Sinto-me assim mais completo, mais rico, como disse antes: quantos podem ter a honra de ter duas cidadanias do mesmo País amado? De ser mineiro como Santos Dumont, Juscelino, Pelé, Guimarães Rosa, Drumond e tantos outros.

Quis Deus que meus pais não pudessem compartilhar as emoções de momentos como este, mas tenho certeza de que estão conosco, com minha família aqui presente, alegres como estou, apesar de emocionado, orgulhosos da mineiridade que matreiramente costumo mostrar na resposta que dou, como muitos aqui são testemunhas, quando me perguntam qual a minha cidade de origem - pergunta que cabe na prudência e discrição mineira, pela desconfiança de meu sotaque -, e então respondo que nasci em "mais da conta". Invariavelmente, após algum silêncio, vem a pergunta: onde é "mais da conta"? Ao que respondo, matreiro e feliz há muitos anos: "sou mineiro de mais da conta, uai".

Se em breve parto, embora com o coração meio quebrado, parto feliz, por sabedor que tenho agora oficialmente a cidadania mineira. Para cá voltarei, por decisão comunicada e juramentada, dentro de alguns anos. Aqui construí com carinho e dedicação minha vida pessoal e profissional, e para cá volto, fiquem certos, de mala e cuia, nesse caso de chimarrão, com a matula e a mineiridade que jamais perderei, para encontrar vocês novamente e aqui me estabelecer outra vez.

O tempo passa muito rápido, mas ele é pleno de aprenderes e "novidades", como nos ensina o mestre Guimarães Rosa. Entre montanhas, cachoeiras, quaresmeiras estampadas nesse céu azul desbragado das Gerais. Nossas vidas, nesse serpenteio, nesse sobe-e-desce montanhas, como indica o mestre, estão mesmo nas mãos de Deus, que toma conta de nós, e o que nos pede mesmo é somente coragem e fé. Um grande abraço, meu muito obrigado e um até breve.

Apresentação Musical

O locutor - Neste momento teremos a apresentação do Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da PMMG, que, sob a regência do Subten. Oscar Rocha, apresentará as músicas "Hey Jude" e "The long and winding road", de Lennon e McCartney.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Vice-Governador do Estado

Caríssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, meu dileto amigo, Deputado Dinis Pinheiro, com muita honra, nesta noite de gala, represento o Governador do Estado, Antonio Augusto Anastasia, retornando a esta tribuna do povo, nesta Casa, que é o poder do cidadão; Sr. Presidente do Conselho de Administração da Vallourec & Mannesmann do Brasil e da Vallourec-Sumitomo Tubos do Brasil, nosso homenageado, Flávio Roberto Silva Azevedo. Também de forma muito especial e carinhosa cumprimento os familiares do homenageado, na pessoa de sua esposa, Rosane Mann Azevedo, e de sua filha Fernanda Mann Azevedo; Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, companheiro de governo, Dr. Adriano Magalhães Chaves; Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, também companheiro de governo, Delegado-Geral Jairo Lellis Filho; Secretário de Administração Regional Municipal do Barreiro, Sylvio Malta, representando o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; 1º-Secretário da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Ronaldo Gontijo, neste ato representando o Presidente dessa Casa Legislativa, Vereador Léo Burguês; Deputado Estadual Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, companheiro de inúmeras jornadas e dileto amigo, que tão bem honra esta tribuna e esta Casa.



Estimado, ilustre e novo cidadão mineiro, Dr. Flávio Roberto Silva de Azevedo e seus diletos familiares já aqui por mim declinados, quero saudar os ilustres membros da família Vallourec & Mannesmann, dirigentes, Gerentes, corpo técnico e funcionários, amigos e convidados, minhas senhoras e meu senhores. Se ontem foi comemorado em solenidade de gala no Expominas o Dia da Indústria, poderíamos dizer que hoje é o dia do industrial Flávio Roberto Silva de Azevedo, Professor Emérito, autor de dezenas de obras científicas, consagrado executivo e Presidente do Conselho de Administração da Vallourec & Mannesmann, que recebe a homenagem de todos os mineiros.

Por iniciativa do caro amigo e Deputado Célio Moreira, o título de cidadania honorária lhe é outorgado, caro Dr. Flávio Azevedo, com o mais elevado sentimento de justiça e de reconhecimento pelos relevantes serviços que, ao longo de praticamente 25 anos de dedicado trabalho empresarial, vem prestando a Minas e ao Brasil.

Não são essas, caro Dr. Flávio, meras palavras formais ou simplesmente protocolares. Seus méritos já se projetavam em plena juventude, quando, após a conclusão do seu doutorado em Engenharia na Alemanha, a então Mannesmann recrutava-o imediatamente, para o seu quadro técnico, como Assistente Industrial de sua diretoria.

Valorizando a prata da casa e reafirmando seus méritos humanos e profissionais, a 100% francesa Vallourec, ao assumir o controle do grupo, o conduziu aos mais altos postos diretivos, culminando com sua ascensão à Presidência do Conselho de Administração da empresa. Coube, nesta solenidade, ao Deputado Célio Moreira, por direito de iniciativa e mérito, destacar os pontos centrais da contribuição que o ilustre e estimado cidadão honorário tem trazido a nossa gente, a nossa terra. E pode fazê-lo com o conhecimento de causa de quem trabalhou diretamente com V. Sa. nas linhas de produção da Vallourec & Mannesmann. Quero, assim, transmitindo-lhe a saudação e o aplauso do governo de Minas, solidário com esta Casa de todos os mineiros, promover, nesta ocasião tão especial, uma breve reflexão sobre os elos imateriais, caro Dr. Flávio, da tão querida Porto Alegre com a nossa Belo Horizonte. Mais ainda: sobre as vidas paralelas que parecem correr no sangue de gaúchos e mineiros, nas páginas de suas histórias, na saga de sua gente.

Quantas vezes já ouvimos depoimentos de mineiros que sentem, no Rio Grande, uma espécie de ar encantatório, como se estivessem ali impregnados da mesma atmosfera que respiramos aqui, experiência que já vivenciei por algumas vezes. Esse sentimento de irmandade vem de longe, de uma Inconfidência Mineira e de uma Revolução Farroupilha. Vencidas, elas lançaram, na terra do futuro, as sementes que germinaram mais tarde na liberdade e na República. Dos Chimangos e Maragatos nos pagos sulinos aos Luzias e Saquaremas das montanhas mineiras, há um espírito comum construtor da nacionalidade. Do chimarrão ao pão de queijo, há semelhanças no fruir de uma vida mais prudente e reservada, que se repete nas expressões peculiares aqui ditas do “tchê” e do “uai”.

Na vida política, há pontos de encontro entre os ideais de um Silveira Martins e de um Teófilo Otôni, de um Júlio de Castilhos, dando origem à saga de Borges de Medeiros, Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas, e um Bernardo de Vasconcelos, que segue na vertente de um João Pinheiro, confluindo na grandeza de um Milton Campos, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves. Na literatura de um Érico Veríssimo e de um chamado João Guimarães Rosa; na poesia de um Quintana ou de um Drummond, há convergências e afinidades maiores que supõe a vã filosofia. Um grande intelectual mineiro, por exemplo, Guilhermino César, nascido em Eugenópolis, na Zona da Mata, depois de viver a semana modernista com a vanguarda do grupo de Cataguazes, na Revista Verde, foi irresistivelmente atraído pelos pampas gaúchos, tornando-se Secretário da Fazenda e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Os exemplos afins não cessam, seja nos versos e canções de um Lupicínio Rodrigues, seja nas criações poéticas e nos acordes de um Ari Barroso. Temos, hoje, para completar, a primeira mulher Presidente do Brasil, cujo coração balança entre a sua Minas natal e seu Rio Grande de adoção.

O dever da concisão obriga-me a sintetizar esses elos da história e do coração, que unem montanhas e gerais aos pampas e às coxilhas do Sul. Saudando o Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, função também exercida com brilho pelo diletto Deputado Célio Moreira, parabenizando-o por tão feliz iniciativa, quero dizer-lhe, estimado Dr. Flávio Azevedo, que existe uma afinidade ainda mais simbólica que enaltece essa irmandade. Dizia o Deputado Célio Moreira desta tribuna, no transcurso do Dia Mundial da Água, em março passado, que a água não é um bem estático, mas sim um recurso natural que não conhece fronteiras. E a natureza bem confirmou sua tese quando criou as águas irmãs de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Senão, vejamos: das Serras da Mantiqueira e da Mata da Corda nascem, em Minas, as águas dos Rios Grande e Paranaíba. Na divisa com São Paulo, elas se encontram para formar o curso do Rio Paraná. Por sua vez, na divisa de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, brotam da Serra Geral as águas dos Rios Canoas e Pelotas: ao se encontrarem, formam em terras gaúchas o curso do Rio Uruguai. É quando então o Rio Paraná, com suas nascentes mineiras, enriquecidas por tantas águas irmãs, vai ao encontro do Rio Uruguai para formarem, ambos, o curso do Rio da Prata, o famoso Rio de la Plata, que, entre a Argentina e o Uruguai, faz seu estuário no Oceano Atlântico. Somos ou não somos, gaúchos e mineiros, irmãos pela própria natureza? No simbolismo dessas águas, caro Dr. Flávio Azevedo, receba este título como a consagração de uma irmandade primordial - aquela que nos vem de Deus. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Presidente do Conselho de Administração da Vallourec & Mannesmann do Brasil e da Vallourec-Sumitomo Tubos do Brasil, Dr. Flávio Roberto Silva de Azevedo; Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, querido e fraterno amigo Alberto Pinto Coelho, que nos honra com seu contagiante retorno, haja vista sua trajetória extraordinária na Casa dos mineiros e mineiras; Secretário de Administração Regional Municipal do Barreiro, Sylvio Malta, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; 1º-Secretário da Câmara Municipal de Belo Horizonte, amigo Vereador Ronaldo Gontijo, representando o Presidente, Vereador Léo Burguês; Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, Adriano Magalhães Chaves; Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, Delegado-Geral Jairo Lellis Filho; e o autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, querido, fraterno, combativo parlamentar desta Casa, Deputado Célio Moreira, saúdo a todos. Quero saudar ainda, com muito carinho e afeto, a senhora esposa do Sr. Flávio, Rosane Mann Azevedo, e sua filha, Fernanda Mann Azevedo; e quero cumprimentar os Diretores da Mannesmann, os colaboradores, visitantes, amigos, senhoras e senhores.



Minas Gerais, com a outorga da cidadania honorária a Flávio Roberto Silva de Azevedo, vem afirmar a indiscutível contribuição do engenheiro e dirigente do Grupo Vallourec & Mannesmann para o crescimento econômico, social e ambiental do Estado. Na origem desta homenagem, figura o reconhecimento do povo mineiro, por meio de seus representantes, pelos frutos de um importante trabalho que vem, há alguns anos, gerando recursos para o Estado e emprego e renda para a população. Além de suas notáveis qualidades humanas, este gaúcho de Porto Alegre, personagem de uma história empresarial de sucesso e muita competência, estabeleceu uma longa e profunda ligação com a terra que escolheu para viver. Diplomado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com doutoramento pelo Instituto de Siderurgia da Universidade Alemã de Aachen, responde por uma carreira de mais de 20 anos na Vallourec & Mannesmann. Com reconhecimento nacional e internacional, respaldado por uma alentada produção de artigos especializados, foi Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e é membro do Conselho Estratégico da Fiemg. Tem se mostrado não só um técnico e um executivo talentoso e dinâmico, como também alguém que sabe valorizar os recursos humanos de nosso Estado. Por ter se tornado, de coração, um autêntico mineiro, dono de uma personalidade generosa, ilibada e devotada à nossa sociedade, torna-se oficialmente nosso cidadão honorário. Esta Casa tem a mais completa convicção de que nosso homenageado saberá honrar o título, já que para isso não lhe faltam a virtude, a determinação, a coragem e o denodo pessoal.

Parabéns, portanto, Eng. Flávio Roberto Silva de Azevedo, nosso mais recente concidadão. Parabéns, Deputado Célio Moreira, por esta bela homenagem, por este momento sublime ofertado aos mineiros e mineiras. Parabéns, Dr. Flávio Roberto Silva de Azevedo, que, no seu pronunciamento, lutou bravamente contra a emoção, mas acabou por arrancar, com esse jeito simples, com essa forma franciscana, solícita e espontânea, emoção nos nossos corações. Como dizia o nosso saudoso José Alencar, o importante é poder voltar para Casa. Vá, sob a luz divina. Cumpra essa bela missão. Pode ter certeza de que Minas estará de braços abertos e de coração generoso para recebê-lo. Parabéns, muita luz. Muito obrigado pela presença e por essa bela e irrepreensível história de vida.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 23, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2011

Presidência dos Deputados Luiz Carlos Miranda e Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Execução do Hino da Justiça do Trabalho - Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Luiz Carlos Miranda - Entrega de placa - Palavras do Desembargador Eduardo Augusto Lobato - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Doutor Viana - Luiz Carlos Miranda - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Carlos Miranda) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Justiça do Trabalho pelos 70 anos de sua criação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Desembargador Eduardo Augusto Lobato, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais; e Deputado Federal Ademir Camilo; a Exma. Sra. Desembargadora Emília Facchini, Vice-Presidente Judicial do TRT da 3ª Região; e os Exmos. Srs. Desembargador Luiz Otávio Linhares Renaut, Corregedor do TRT da 3ª Região; e Deputado Adelmo Carneiro Leão, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Desembargador Tarcísio Alberto Giboski, Presidente do TRT da 3ª Região no biênio 2006-2007; Juiz João Bosco de Barcelos Coura, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 3ª Região - Amatra 3 -; Desembargador Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello, do TRT da 3ª Região; Desembargador José Murilo de Moraes; Geraldo Anatólio da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Locação de Minas Gerais; Cassius Magalhães Drummond, Presidente da Associação dos Servidores do Tribunal do Trabalho; Ildeu Couto Balbino, Presidente da Associação Nacional dos Juizes Classistas; Mauro Thibau da Silva Almeida, um dos mais antigos advogados militantes da Justiça do Trabalho; Wemerson Lopes dos Santos, Presidente do Sintraliza; Jorge André Periquito, Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas - Utamig -; e Vereador Márcio Almeida, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral Acordos e Acordes, sob a regência da maestrina Marisa Helena Simões Gontijo, que será acompanhado pela Desembargadora Cleube de Freitas Pereira, Vice-Presidente Administrativa do TRT da 3ª Região.



- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Execução do Hino da Justiça do Trabalho

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Hino da Justiça do Trabalho, de autoria de Vicente José Malheiros da Fonseca, Juiz do Trabalho da 8ª Região.

- Procede-se à execução do Hino da Justiça do Trabalho.

Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Exmo. Sr. Deputado Luiz Carlos Miranda, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, Vice-Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e que, neste ato, representa o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa; Exmo. Sr. Desembargador Eduardo Augusto Lobato, Presidente do TRT da 3ª Região - seja bem-vindo, é um prazer tê-lo aqui conosco -; Exmo. Sr. Deputado Federal Ademir Camilo; Exma. Sra. Desembargadora Emília Facchini, Vice-Presidente Judicial do TRT da 3ª Região - é um prazer tê-la conosco nesta Mesa -; Exmo. Sr. Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault, Corregedor do TRT da 3ª Região - seja bem-vindo -; senhoras e senhores; Deputados; Deputado Antônio Júlio; Deputado Doutor Viana; meus amigos do TRT da 3ª Região; o termo “justiça”, às vezes, nos permite pensar em conceitos subjetivos variados. Para evitar qualquer dúvida sobre o que estamos tratando, trouxe como referência o que cabe inteiramente à Justiça do Trabalho, a reflexão do ensaísta francês Jouvett: “A justiça é a verdade em ação. É amor orientado pela inteligência”. Assim quero apresentar as minhas palavras para os senhores e as senhoras.

A celebração dos 70 anos da Justiça do Trabalho faz parte do ementário político, cultural e cívico da Nação. Evoca um instante redentor na história das conquistas brasileiras, nos domínios da inteligência e do saber.

Foi no dia 1º/5/41 que o Presidente Getúlio Vargas, com aquele rompante paternalista que eletrizava multidões, anunciou aos trabalhadores do Brasil a instalação da Justiça do Trabalho, explicando qual deveria ser sua missão institucional. “Cumpre-lhe” – asseverou – “defender de todos os perigos nossa modelar legislação social-trabalhista, aprimorá-la pela jurisprudência coerente e pela retidão e firmeza das sentenças”. Getúlio, personagem importante na construção do Estado brasileiro moderno, foi um homem marcado por implacável contradição.

Não se lhe pode recusar o mérito de ter sido detentor de apurada sensibilidade social. Mas também não se pode olvidar de seu currículo, como líder político carismático, a atuação despótica que toldou sua primeira passagem pelo governo da República. O assim chamado Estado Novo conferiu-se todas as prerrogativas odientas que as tiranias de todos os tempos e de todos os matizes costumavam se outorgar, apelando para falsos e mórbidos conceitos morais com o fito de jugularem o espírito humano de forma obsedante e cruel.

Malgrado tão desairosa circunstância, o governo de Getúlio soube valer-se dos recursos poderosos de seu arsenal de normas e praxes autocráticas para intervir de forma decisiva na questão social. Enfrentando borrascas de incompreensões naqueles setores de sempre, que eram desafeiçoados à ideia das mudanças sociais e que nutriam ainda a expectativa de manter intacto na vida brasileira um relacionamento trabalhista com inspirações no passado escravocrata, criou todas as condições necessárias para a implantação de uma legislação social avançada. O arcabouço montado previu a intervenção do Estado em setores-chaves. Abrangeu política modernizante da economia, implantação de uma estrutura sindical representativa da ação laboral, culminando com a Consolidação das Leis Trabalhistas, de caráter saudavelmente protecionista.

A Justiça do Trabalho, festejada como notável avanço jurídico, político e humanístico, veio no bojo desse processo de transformações que deu ao Brasil, afinal de contas, nova e enriquecedora feição. Despontou como eixo de uma nova ordem social.

Nesta precisa hora, altiva e majestosa, cuida de preservar incólume a natureza e a vanguarda de suas saudáveis origens. Constitui um dos pilares da convivência comunitária. Uma convivência que, a tomar por medida a ação da magistratura, tende pelo constante aprimoramento nos embates cotidianos. Trata-se de convivência essencial à unidade nacional por assegurar suporte humanístico e jurídico às empreitadas já enfrentadas e ainda por serem suplantadas em nossa trajetória democrática e republicana.

Todos os brasileiros, de todas as categorias sociais e esferas intelectuais, vemos na Justiça do Trabalho um dos símbolos do Brasil do espírito. Do Brasil da inteligência, da criatividade. Do Brasil comprometido com o sentimento nacional, que bebe inspirações de luta nos valores humanísticos e princípios democráticos. Do Brasil que abomina as malquerenças raivosas e acredita na força indomável do diálogo. Do Brasil que, no trabalho coletivo e nos generosos anseios de progresso da gente, do povo, procura encontrar, por meio da busca serena da conciliação e da divergência civilizada, sem concessões ao radicalismo desagregador, a paz almejada pela alma das ruas.

Exmo. Sr. Desembargador Eduardo Augusto Lobato, Srs. Desembargadores, Procuradores e Juizes da 3ª Região da Justiça do Trabalho, com a singeleza e a vibração cívica imanentes às ocasiões históricas marcantes, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – natural e legítimo desaguardo dos sentimentos e emoções mais genuínos da sociedade, plural em suas manifestações no plano das ideias políticas, solidariedade unificada nas lutas pelo bem comum – deseja expressar-lhes neste momento, pela nossa palavra, ao ensejo desta efeméride, calorosas felicitações pela inestimável contribuição que proporcionam à causa do bem-estar de nossa gente. Considerada pelo Conselho Nacional de Justiça o mais ágil ramo do respeitável Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho cumpre neste país de dimensões continentais, país complexo e de conflituosidade trabalhista colossal, papel político do maior relevo na preservação da paz e harmonia social.

Representativos dessa plêiade de figuras exponenciais do saber jurídico, empenhados na busca do justo equilíbrio nos interesses conflitantes, posicionando-se, como já disse alguém, como algodão entre cristais no confronto capital “versus” trabalho, os ilustres integrantes do Tribunal Regional - Desembargadores, Juizes, Procuradores, a começar pelo Presidente Eduardo Augusto Lobato - são aqui, nesta solenidade, louvados como atores importantes na execução de políticas públicas essenciais. Participam da construção de um país que se deseja cada vez melhor; de um país ávido por regras básicas de convivência que passem por processo de aperfeiçoamento contínuo; de um país que exige, em nome do processo civilizatório, como ultimato da inteligência e do trabalho, o



encurtamento das distâncias abissais ainda hoje existentes entre os que ocupam, na lida laboral, as desconcertantes extremidades das faixas salariais. De um Brasil que, em função dessas crenças fervorosas, reconhece na Justiça a verdade em ação, uma prática de amor orientada pela inteligência. De um Brasil, afinal, que, pela soberana opção popular, deseja não se afastar jamais dos caminhos da justiça em plenitude, do exercício da cidadania autêntica, sem contrafações, consciente da vocação de grandeza que lhe está reservada no plano da criação.

Acompanhamos, na Assembleia de Minas, com simpatia e interesse, a ação judicante fecunda que esse Tribunal desenvolve nas Varas do Trabalho, nos postos avançados, nos postos de atendimento e nas Turmas Recursais espalhadas por todo o Estado. É de inteira justiça, pois, que, falando em nome do povo mineiro, registremos felicitações as mais calorosas aos magistrados trabalhistas, na pessoa do Presidente da Corte, Desembargador Eduardo Augusto Lobato.

A contribuição da instituição, sob seu descortinado comando, à causa do desenvolvimento não deixa de ser uma forma de celebração da vida. Envolvemos, nesses cumprimentos, os valorosos serventuários da Justiça do Trabalho, aglutinados na Assiter, presidida pelo Dr. Cássio Drummond, pelo auxílio valioso que adicionam ao esforço diuturno do Colégio de Magistrados da 3ª Região, em sua augusta missão de produzir frutos sociais fecundos. São frutos que, tomando emprestada a refulgente expressão evangélica, haverão de permanecer para sempre. Obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Miranda, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Deputado Luiz Carlos Miranda

Exmo. Sr. Desembargador Eduardo Augusto Lobato, Presidente do TRT da 3ª Região de Minas Gerais; meu caro colega, amigo e companheiro Deputado Federal Ademir Camilo, obrigado por sua presença nesta Casa democrática de Minas Gerais; Exma. Sra. Desembargadora Emília Facchini, Vice-Presidente Judicial do TRT da 3ª Região -, minha colega, negociamos em muitas e muitas vezes -, é um prazer tê-la conosco; Exmo. Sr. Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault, Corregedor do TRT da 3ª Região, muito obrigado pela presença; Exmo. Sr. Deputado Adelmo Carneiro Leão, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, companheiro, amigo, homem público exemplar, muito nos orgulha ser seu companheiro e parceiro nesta Casa; Deputado Doutor Viana, Deputado Antônio Júlio, serventuários da Justiça e dirigentes sindicais presentes e convidados, boa noite.

Senhores magistrados da Justiça do Trabalho, estamos completando 70 anos da implantação da Justiça do Trabalho, criada em 1941, e a Consolidação da Legislação do Trabalho, em 1943. Em nosso Estado de Minas Gerais, a Justiça do Trabalho é uma das mais eficientes de todo o Brasil. Modernizando-se e inovando ao longo de seus 70 anos, nossa Justiça do Trabalho cresceu e expandiu sua jurisdição. Em 2004, a Emenda à Constituição nº 45 ampliou sua competência, ajustando suas tarefas aos desafios contemporâneos.

No curso dessa caminhada, em nível nacional, a Justiça do Trabalho vem penetrando no espaço então ocupado pela Justiça Estadual comum. Essa crescente abrangência reflete, lamentavelmente, a fraqueza do quadro social, pela crescente ampliação do número de assalariados; com isso, novas situações vão surgindo e, com elas, maiores são os esforços dos que se dedicam a esse ramo especializado que é a Justiça do Trabalho.

Necessário se faz ressaltar e destacar a atuação marcante e corajosa dos Desembargadores e Juizes do Trabalho da 3ª Região que, em todo o vasto território de nossa Minas Gerais, estão empenhados para assegurar aos cidadãos um julgamento rápido para os pleitos e conflitos do capital e do trabalho, quer na interpretação dos textos legais, muitos já ultrapassados, quer admitindo o surgimento de novos direitos, agindo como se legisladores fossem, impelidos pelo dever de corresponder à angústia e à necessidade dos que proteção jurisdicional procuram, principalmente os trabalhadores que nesta Casa representamos, pelas condições de trabalho e salário degradantes e em total violação aos preceitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana a que são submetidos diuturnamente.

Sr. Presidente, senhores Deputados e Deputadas, senhores membros do Judiciário Trabalhista, posso afirmar, com certeza absoluta, que esta é uma justa homenagem à Justiça do Trabalho, em especial à Justiça do Trabalho de nosso Estado de Minas Gerais, que exerce papel importante na evolução das relações laborais, porque sem ela nossa situação teria sido muito pior que a de hoje. Além do que já dissemos, também ela realiza e concretiza um papel, que é o educativo. Desde que iniciei minhas atividades na direção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga, há alguns anos, o clima nas empresas de todo o País era de repressão e opressão, porque elas ainda não reconheciam a importância da humanização do trabalho. Nossa Justiça do Trabalho tem o papel importante de interceder nas negociações pela manutenção de direitos conquistados e pela promoção de melhorias nos contratos de trabalho, fazendo com que as empresas mantenham com os trabalhadores uma relação equilibrada, além do desafio de prevenir ações individuais no Judiciário, por meio do diálogo permanente com os empregados. Por isso essas justas homenagens à Justiça do Trabalho de Minas Gerais. Parabéns a vocês que dedicam as suas vidas a fazerem justiça aos trabalhadores de Minas Gerais. Obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento o Deputado Luiz Carlos Miranda, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao Desembargador Eduardo Augusto Lobato, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: "Criada em 1941, a Justiça do Trabalho acompanha o progresso de nosso país e continua evoluindo aprontando-se para o futuro, com a constante preocupação em modernizar seus serviços. Concebida como instância responsável por harmonizar conflitos entre patrões e empregados, vem aplicando a lei trabalhista com equidade e probidade. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta à Justiça do Trabalho, na passagem de seu 70º aniversário, justa e merecida homenagem".



O Sr. Presidente (Deputado Luiz Carlos Miranda) - Convido o colega Deputado Adelmo Carneiro Leão a nos acompanhar, por gentileza.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Desembargador Eduardo Augusto Lobato

Deputado Luiz Carlos Miranda, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, Vice-Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social da Assembleia Legislativa, neste ato representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa; Deputado Adelmo Carneiro Leão, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Deputado Federal Ademir Camilo; Desembargadora Emília Facchini, Vice-Presidente Judicial do TRT da 3ª Região; Desembargadora Cleube de Freitas Pereira, Vice-Presidente Administrativo do TRT da 3ª Região; Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault, Corregedor do TRT da 3ª Região; Juiz João Bosco de Barcelos Coura, Presidente da Amatra 3; Desembargador Tarcísio Alberto Giboski, ex-Presidente do TRT; advogado Mauro Thibau da Silva Almeida, nosso decano da Justiça do Trabalho; Srs. Deputados; Desembargadores; Juizes; servidores do Tribunal; demais autoridades; senhoras e senhores, boa noite.

Tenho a satisfação e a honra de dirigir-lhes algumas considerações a respeito da Justiça do Trabalho, que, neste mês de maio, está completando 70 anos de serviços prestados ao nosso país. De início, entendo que é importante referir-me ao fato de que essa é também a idade do Brasil, que evoluiu de uma sociedade eminentemente rural para transformar-se na 6ª economia mundial, com um parque industrial diversificado e o domínio de uma tecnologia sofisticada. E concluir que é natural que assim ocorra, pois não se pode pretender que um país seja industrializado, sem contar com uma legislação de proteção ao trabalhador e uma Justiça que faça com que ela seja observada pelos agentes do capital e do trabalho, a fim de que haja disciplina e harmonia entre esses dois fatores que impulsionam o progresso de qualquer sociedade moderna. É, portanto, da maior relevância conhecermos a história da Justiça do Trabalho, que caminha “pari passu” com a deste país, cada dia mais urbano e complexo, desafiando nossa educação e cultura a dar uma resposta correta aos problemas que se multiplicam numa velocidade vertiginosa no relacionamento entre o capital e o trabalho. Problemas que, malgrado o esforço de quantos se envolvam diretamente como elementos de sua equação - legisladores, Juizes, Promotores Públicos, advogados e servidores -, ainda não foram suficientemente solucionados, o que ocasiona as enormes desigualdades sociais e regionais da nossa realidade nacional.

Em primeiro plano, sublinho a necessidade de que os trabalhadores e os empresários tenham, num nível superior da consciência, o entendimento de que o trabalho regular, com carteira de trabalho assinada e as obrigações trabalhistas e previdenciárias observadas com rigor, é fundamental para que a criação da riqueza seja acompanhada de uma melhor distribuição da renda. E, igualmente, para que aqueles que a produzem e gerem possam gozar de boa saúde e de uma aposentadoria, que, efetivamente, venha a premiá-los no outono da vida. Exemplos do que acabo de dizer todos podemos colher na história do século XX. Um período marcado por grandes avanços nas ciências, mas também por enormes catástrofes políticas e sociais. E essas tragédias de revoluções sangrentas e guerras mundiais, que banalizaram a violência e o genocídio, foram provocadas principalmente pela incompreensão dos efeitos da industrialização no tecido social e no seio das famílias das classes trabalhadoras. Efeitos dramáticos que levaram à formulação de doutrinas radicais e desumanas, confirmando a advertência do filósofo alemão Friedrich Nietzsche: “Tome cuidado ao enfrentar as monstruosidades, pois você correrá o risco de se transformar num monstro”.

Mas, ainda que a duras penas, a lição foi aprendida pelas sociedades que hoje despontam no concerto das nações mais adiantadas. Prova disso é que a Alemanha, a Itália e o Japão, para ficarmos com os três países que iniciaram o segundo conflito global do século passado e que adotaram uma dessas doutrinas aqui aludidas, ressurgiram das cinzas como sociedades livres e com economias fortes num relativo pequeno lapso de tempo. Por quê? Como conseguiram essa proeza? Porque responderam aos desafios de cuidar de garantir uma seguridade social com justiça e dignidade, além de uma distribuição da renda produzida pelo trabalho que não seja ofensiva aos princípios universais da fraternidade e da solidariedade humana. E o trabalho, isto é, com carteira assinada e obrigações trabalhistas e previdenciárias criteriosamente observadas, é a primeira e maior garantia de que nosso futuro como Nação livre e próspera precisa para se materializar. Dessas obrigações, a Justiça do Trabalho é a principal fiadora. E por isso mesmo ela tem ampliado, em prol do bem-estar comum, a abrangência de sua jurisdição em todo o território nacional e por todas as formas de prestação de serviços pelo homem. E também tem investido decididamente na tecnologia digital e na maior transparência e emprego de novas formas de comunicação com a sociedade, de que são exemplos o processo virtual, em fase de implantação, e a criação da rádio e da TV do TRT. Todavia, o volume cada vez maior das causas trabalhistas, que não tem a contrapartida ideal no aporte de recursos financeiros a ela destinados, além de uma legislação processual carente de melhor adaptação à nossa realidade, ainda não permite que se cumpra o mandamento constitucional da prestação jurisdicional em tempo razoável na instância superior. Cientes disso, o Poder Judiciário da União e o deste Estado de Minas Gerais, numa estreita cooperação com o Legislativo Estadual e o Ministério Público do Trabalho, vêm promovendo anualmente a conciliação como solução mais rápida e vantajosa para as partes das diversas lides em andamento, o que tem surtido efeitos que superam as melhores expectativas.

É outra questão que precisa ser enfrentada com determinação, qual seja a de difundir na sociedade a consciência de que a solução negociada das pretensões contraditórias, mormente sob o patrocínio dos profissionais do direito e diante de fiscais que orientem as partes em face da legalidade de seus atos, é a forma mais civilizada, econômica e célere de conclusão de uma demanda judicial. E atuar no sentido dessa conscientização é um dever indeclinável de todos nós, especialmente daqueles que exerçam um papel de liderança e possam exaltar essa virtude perante a sociedade, tal como os senhores parlamentares e os jornalistas.

São essas as considerações que, em resumo, eu gostaria de deixar, para que sobre elas os senhores reflitam detidamente e com a intenção sincera de se aplicarem para traduzi-las em favor da sociedade que representam. E com esse apelo eu concluo minhas palavras, agradecendo a todos os que aqui compareceram o prestígio de sua ilustre presença. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Teremos agora mais uma apresentação do Coral Acordos e Acordes, que apresentará a música “We shall overcome”.



- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

A comemoração, nesta Casa, dos 70 anos da Justiça do Trabalho representa a celebração pelo povo mineiro de uma conquista histórica, fruto de longa e conflituosa reivindicação social, na busca de uma solução para os conflitos trabalhistas, inerentes à evolução que continuamente passa nossa vida coletiva.

As relações de trabalho no século XX eram fruto da urbanização, com o desenvolvimento de novos segmentos econômicos, como a prestação de serviços e com a expansão e a modernização da atividade comercial. São também uma decorrência positiva do final da escravidão, com o surgimento de mão de obra livre e assalariada. A nova situação logo incidiria em conflitos não previstos na legislação da época.

A questão social do trabalho, deixando a esfera do direito civil, passa então à linha de frente das questões políticas e jurídicas, culminando, no governo Vargas, com a montagem, tanto da estrutura da Justiça do Trabalho quanto da legislação trabalhista. Logo após, é promulgada a consolidação das leis do trabalho, reunindo vasta legislação sobre o tema. Hoje, fazendo parte do cotidiano de todos os nossos cidadãos, a instituição vem promovendo o entendimento entre patrões e empregados, dada a sua concepção conciliatória. Recentes mudanças na Constituição e na Consolidação das Leis do Trabalho moldaram o perfil atual da instituição, refletindo as transformações econômicas e sociais vindas no bojo do desenvolvimento da democracia brasileira. Uma das mais relevantes consequências resulta no aumento de suas competências, como a execução das contribuições previdenciárias, decorrentes de suas sentenças ou de penalidades administrativas impostas por órgãos de fiscalização do trabalho. Estes 70 anos de história, em que o papel da Justiça do Trabalho foi, pouco a pouco, avultando-se, constitui um reflexo da própria evolução de nossa sociedade.

Quando o Brasil vem se tornando um protagonista de peso na cena mundial, neste momento de profundas transformações no equilíbrio da geopolítica, a Justiça do Trabalho vem, apropriadamente, modernizando-se para os novos tempos. É assim que o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais tem funcionado como grande referência para os demais órgãos, ao tomar providências que levam em conta as necessidades do futuro. Dessa forma, além do processo eletrônico judicial, vem levando a cabo a descentralização de turmas recursais, em busca de mais dinamismo e maior rapidez e eficiência. Por isso nos passa essa imagem consolidada, advinda de uma tradição de respeito e solidez, que se renova com a devida flexibilidade dessa abertura para o futuro.

São, portanto, 70 anos de respeito, por parte dos cidadãos e das demais instituições, que estão sendo hoje comemorados. Temos a mais plena confiança de que a Justiça do Trabalho continuará a ser merecedora de nossa profunda e legítima admiração. Muito obrigado.

Desembargador, antes de encerrar esta reunião, quero apenas fazer uma brincadeira. No dia 31 de dezembro, saiu um operário Presidente; hoje aqui está um operário Presidente da Assembleia. Como os tempos mudam!

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 24/5/2011.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/4/2011

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, membro da Comissão de Direitos Humanos, e Celinho do Sinttrocel, membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Está, presente, também, o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião dessas Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as condições de saúde do trabalhador em Minas Gerais, em razão da passagem do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças e Acidentes do Trabalho. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Rosângela Ferreira Mendes Salgado, Referência Técnica de Reabilitação Profissional da Superintendência Regional do INSS - Sudeste II, representando Manoel Ricardo Palmeira Lessa, Superintendente; Fátima Terezinha Fonseca Lagares, Auditora Fiscal do Trabalho, representando Alysson Paixão Oliveira Alves, Superintendente da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais - SRTE-MG -; Maria Abadia de Souza, membro da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB-MG -, representando Cosme Ricardo Gomes Nogueira, Presidente da entidade; Dima Eliza Corrêa Santos, Diretora de Comunicação da Intersindical; e os Srs. Celso Amorim Salim, Chefe do Centro Regional de Minas Gerais da Fundacentro; Antônio da Costa Miranda, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais - NCST -; Gilson Luiz Reis, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro Minas - e Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB -; Vandeir Messias Alves, Secretário de Organização, representando Rogério Fernandes, Presidente da Força Sindical Minas; Jordano Carvalho dos Santos, responsável pela Secretaria de Saúde e Segurança no Trabalho, representando Gilberto Antônio Gomes, Coordenador da Diretoria Executiva da Central Sindical e Popular - Conlutas -; Sérgio Miranda, Presidente do Partido dos Trabalhadores de Belo Horizonte; Denilson Martins, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil; Wilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg; Marco Antônio de Jesus, Presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais; Hamilton Dias de Moura, Diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres; Padre João, Deputado Federal, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam



suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/5/2011

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda, Celinho do Sinttrocel e Ivair Nogueira (substituindo o Deputado Tadeuzinho Leite, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 199, 493, 532 e 717/2011, no 1º turno (Deputada Rosângela Reis), 875 e 952/2011, em turno único (Deputado Tadeuzinho Leite), 905 e 964/2011, em turno único (Deputado Luiz Carlos Miranda). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 583/2011 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Luiz Carlos Miranda). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 205, 631 com a Emenda nº 1, 747, 748, 750, 770, 830, 870, 887/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 887, 498, 543 e 545/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Deputado Celinho do Sinttrocel (2) em que solicita sejam realizadas reuniões conjuntas com a Comissão de Direitos Humanos para debater as consequências para o Município de Ouro Preto, em decorrência das mudanças ocorridas na fábrica Novélis; e as consequências para o Município de Itajubá, em decorrência das mudanças ocorridas na fábrica Imbel. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado ofício aos Senadores Aécio Neves, Itamar Franco e Clésio Andrade pedindo que votem a favor da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2009; Celinho do Sinttrocel (11) em que solicita seja encaminhado ao Sr. Arlélcio Carvalho Lage Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho de Minas Gerais pedido de informações e cópia da Representação nº 1.626/2005 e dos autos do Inquérito Civil nº 00656.2008.03.000/2; seja encaminhado ao Sr. Alysson Paixão de Oliveira Alves Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais pedido de informações, em forma de relatório, das solicitações referentes a acidentes e doenças de trabalho, de fiscalização recebidas, realizadas e não realizadas e o motivo da não realização delas, recebidas por essa Superintendência nos anos de 2009, 2010 e 2011; seja encaminhado ao Sr. Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social, pedido de providências para a não criação de regras visando a impedir ou a dificultar a pensão por viuvez no Brasil; seja encaminhada manifestação de apoio ao Deputado Federal Arnaldo Jordy, autor do Projeto de Lei Federal nº 447/2011, que tramita na Câmara dos Deputados, e que solicite ao relator, Deputado Leonardo Quintão, celeridade na análise e na tramitação do referido projeto, solicitando, ainda, que seja dada ciência desse requerimento ao Deputado Federal Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados; seja encaminhado à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério do Trabalho e Emprego pedido de informações sobre as providências tomadas para expedir documento junto à Polícia Federal, conforme direito adquirido pela Lei Federal nº 11.501, de 11/6/2007, que autoriza o porte de armas por parte dos Auditores Fiscais do Trabalho, solicitando, ainda, que seja dada ciência desse requerimento à Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais e ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; seja encaminhada manifestação de protesto ao Ministério de Trabalho e Emprego contra a política de cortes no orçamento adotada pelo governo e seja introduzido um processo de reestruturação e investimentos para a valorização profissional dos trabalhadores lotados na Superintendência do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, solicitando, ainda, que seja dada ciência desse requerimento à Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais e ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; seja encaminhado ao Ministério do Planejamento pedido de providências para efetivar os 220 concursados aprovados para Auditor Fiscal do Trabalho, bem como inicie uma política de valorização dos servidores da classe, solicitando, ainda, que seja dada ciência desse requerimento à Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais e ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; seja encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE - de Minas Gerais pedido de informações sobre a lista das 100 empresas onde mais ocorreram acidentes de trabalho e do afastamento por doença de trabalhadores no Estado, nos últimos cinco anos e solicitando os dados dos acidentes de trabalho por cidades de Minas Gerais nos últimos cinco anos; seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego pedido de informações sobre as análises de acidente fatais em Minas Gerais realizadas nos últimos cinco anos; seja encaminhado à Secretaria de Administração pedido de informações sobre os dados relativos ao afastamento de servidores públicos por motivo de acidente e doenças laborais, com detalhamento das causas, tempo de afastamento e cidades de origem; seja realizada reunião de audiência pública para discutir os parâmetros e métodos de funcionamento do programa Rede Mineira de Trabalho do Governo do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.



Rosângela Reis, Presidente - Celinho do Sinttrocel - Duarte Bechir - Luiz Carlos Miranda.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/5/2011

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Antônio Lerin, por indicação da Liderança do Bloco Parlamentar Social), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São aprovados relatórios das visitas realizadas por esta Comissão à Arsae e à Copanor, nos dias 2 e 3 de maio deste ano, respectivamente, os quais são arquivados junto com os documentos da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão (2) em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que edite decreto convocando a realização, no âmbito do Estado, da 1ª Conferência Estadual de Transparência e Participação Social - Consocial - realizada pela Controladoria-Geral da União, com o tema "A sociedade no acompanhamento da gestão pública", até o dia 10 de junho, em conformidade com o calendário nacional da Conferência; sejam encaminhados ao Governador do Estado os relatórios das visitas realizadas por esta Comissão à Arsae e à Copanor, nos dias 2 e 3 de maio deste ano, respectivamente; Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Segurança Pública, no Município de Malacaxeta, para debater e buscar soluções, em audiência pública, para as questões relacionadas à segurança pública na cidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2011.

André Quintão, Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/5/2011

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" de 12/5/2011: ofícios dos Srs. Waltair Vasconcelos Sobrinho, Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal; Francisco Chavier Faria Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Caldas; Denílson Aparecido Martins, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, e Maurílio Zacarias Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 865/2011, no 1º turno, para cuja relatoria designou o Deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 569, 624, 626 e 638/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de informações sobre os valores arrecadados com a Taxa de Segurança Pública nos últimos cinco anos, bem como sobre a destinação dada aos recursos. A Presidência recebe requerimento do Deputado Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e das Comissões de Direitos Humanos e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a proibição da circulação de motos no Mercado Livre de Produtos da Ceasa-MG, em Contagem. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2011.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Cássio Soares.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/5/2011

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 1.048/2011, em turno único (Deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 246/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são



aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o envenenamento e a morte de cães, gatos e pássaros no Estado; seja realizada reunião de audiência pública para debater a atual situação das barragens de rejeitos sólidos no Estado; seja realizada visita conjunta com a Comissão de Minas e Energia ao Chefe do 3º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -, com sede nesta Capital, para verificar a compatibilização das outorgas concedidas (autorizações de lavra) e as normas ambientais estaduais; e Délio Malheiros (2) em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações, de forma pormenorizada, sobre os investimentos em preservação e proteção ambiental nas bacias hidrográficas exploradas pela empresa, nos últimos cinco anos, esclarecendo se o valor investido corresponde ao percentual mínimo em relação ao lucro da companhia, conforme exige a Lei nº 12.503, de 1997; e seja encaminhado à Cemig pedido de informações, de forma pormenorizada, sobre os investimentos em preservação e proteção ambiental nas bacias hidrográficas exploradas pela empresa, nos últimos cinco anos, esclarecendo se o valor investido corresponde ao percentual mínimo em relação ao lucro da companhia, conforme exige a Lei nº 12.503, de 1997. A Presidência recebe requerimentos dos Deputados Arlen Santiago em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Montes Claros para debater a mata seca no Novo Código Florestal Brasileiro, em razão da importância da agricultura na economia e da nova realidade rural brasileira; Rômulo Veneroso em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para realizar estudo sobre o melhor modo de incentivar as empresas produtoras de sacolas plásticas tradicionais a se adaptarem para a produção de sacolas oxibiodegradáveis ou biodegradáveis; e Délio Malheiros em que solicita seja realizada visita conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte aos maiores supermercados de Belo Horizonte para verificar o comportamento dos consumidores diante da proibição da distribuição gratuita das sacolas plásticas pelo comércio varejista, bem como o excesso de plástico utilizado nas embalagens dos diversos produtos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Duarte Bechir.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/5/2011

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento de convite do Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para participar da reunião de audiência pública, em 17/5/2011, com a finalidade de debater o projeto de modernização do Mercado Distrital do Cruzeiro, e registra a presença dos Srs. William Alvorada, Vereador do Município de Uberlândia, e Pedro Wilson, Chefe de Gabinete. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 643/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É recebido pela Presidência o requerimento da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação, à Secretaria de Planejamento e Gestão, à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, ao Senai e ao Senac pedido de providências para a preparação, principalmente quanto ao idioma, de funcionários da rede hoteleira, taxistas e demais envolvidos diretamente no atendimento ao público, para que possam melhor atender aos turistas que virão para as cidades escolhidas como subsede (centro de treinamento) da Copa do Mundo de 2014. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Vanderlei Miranda.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/5/2011

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Luzia Ferreira e o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita ao membro da Comissão presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o projeto de modernização do Mercado Distrital do Cruzeiro, apresentado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em especial as possíveis consequências de sua implantação, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cláudia Teresa Pereira Pires, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil; Patrícia Claire Caristo, Presidente da Associação dos Cidadãos do Bairro Cruzeiro, e os Srs Raphael Guimarães Andrade, Secretário Municipal Adjunto, representando o Sr. Marcello de Lima Santiago Faulhaber Campos, Secretário Municipal de Desenvolvimento da PBH; Júlio Cesar Santos Vidigal Amaro, Diretor da Santec Empreendimentos; Wayne Stochiero Vasconcelos Caetano, Presidente da Acomec; João Antônio Valle Diniz, arquiteto, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a



Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Liza Prado - Carlos Henrique.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/5/2011

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Cássio Soares, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado André Quintão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, com representantes dos Municípios, a implantação de medidas socioeducativas e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Jussara do Carmo Vieira, Assessora Técnica de Assistência Social da Associação Mineira de Municípios - AMM -, representando Ângelo Roncalli, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará e Presidente da AMM; Adelaide Dutra, Secretária Municipal de Assistência Social de Betim; Andrea Mismoto Carelli, Promotora e Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Infância e Juventude - CAO-IJ -; Maria Alice da Silva, Secretária Executiva da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais; Adriele Gonçalves, integrante do Projeto Tambores de Betim, e os Srs. Ronaldo Araújo Pedron, Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas; Antônio Carlos Resende, Prefeito Municipal de São Joaquim de Bicas e Diretor Financeiro da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel -, representando Rogério Avelar, Presidente da Granbel, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Maria Tereza Lara, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Cássio Soares e João Leite (4) em que solicitam sejam encaminhados à AMM e à Granbel as notas taquigráficas da reunião e apelo para que essas entidades deem prosseguimento ao debate e às iniciativas para a implantação e o cumprimento das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, em particular a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade, solicitando ainda que sejam convidadas para esse debate a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais e entidades ligadas ao tema; seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para acompanhar a situação prisional e devida alocação de recursos em São Joaquim de Bicas, considerando-se a proporção atual entre a população local e a população prisional no Município e que o órgão verifique a possibilidade de implantação de um centro socioeducativo na cidade; sejam encaminhados ao Secretário de Defesa Social as notas taquigráficas da reunião e pedido de informações sobre o índice de violência no Município de São Joaquim de Bicas; sejam encaminhados ao Secretário de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil cópia do ofício da Câmara Municipal de Caldas e pedido de providências para manter o plantão regional na Delegacia de Polícia desse Município, e não transferi-lo para Poços de Caldas; do Deputado Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão, da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para debaterem a proibição da circulação de motos dentro do Mercado Livre de Produtos das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais - Ceasa-MG -, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte; do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada reunião conjunta de audiência pública da Comissão e da Comissão de Participação Popular, para discutir a política estadual antidroga, especialmente no que se refere à prevenção e ao combate ao uso do "crack" e do "oxi". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues - Maria Tereza Lara.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2011

Às 9h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da Comissão de Direitos Humanos e, como membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e de Ação Social, substituindo o Deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as consequências para Ouro Preto, em especial para seus trabalhadores, das mudanças ocorridas da unidade da fábrica Novêlis, nesse Município. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 795/2011 no 1º turno (Deputado Paulo Lamac). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Geraldo de Araújo Silva, Coordenador de Políticas Sindicais da Federação Democrática dos Metalúrgicos; Roberto Wagner Carvalho, Diretor de Política Sindical do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Ouro Preto-Mariana; Vitor Lúcio, assessor especializado em Segurança e Direitos do Trabalho; Jordano Carvalho dos Santos, Coordenador da Secretaria de Saúde da Federação Democrática dos Metalúrgicos, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla



discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Registra-se a presença do Deputado Celinho do Sinttrocel, membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, e, como membro da Comissão de Direitos Humanos, substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura, e do Deputado Célio Moreira, membro da Comissão de Direitos Humanos e, com membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, substituindo o Deputado Juninho Araújo, por indicação da Liderança do BTR. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira, Celinho do Sinttrocel e Durval Ângelo em que solicitam sejam realizadas visitas dessas Comissões e da Comissão de Meio Ambiente à fábrica Novélis e à barragem de resíduos de Ouro Preto, e audiência pública nesse Município para averiguar e discutir a situação de segurança dos trabalhadores e da população circunvizinha; Celinho do Sinttrocel e Durval Ângelo (2) em que solicitam seja encaminhada ao Ministério Público do Estado, ao Governador do Estado, à Comissão Nacional de Direitos Humanos, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - e à fábrica Novélis, unidade de Ouro Preto, a pauta de reivindicações do movimento dos atingidos por barragens para análise e providências cabíveis: seja encaminhado ao Setor de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde, à Secretaria de Saúde do Município de Ouro Preto, ao Centro de Apoio à Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde relatório com depoimentos da pesquisa do câncer da CDHAMA, entregue nesta reunião, para análise e providências cabíveis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2011.

Durval Ângelo, Presidente - Celinho do Sinttrocel.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 25/5/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente da Autarquia Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 25/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 705/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 753/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 25/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater os aspectos relacionados com a captação de órgãos para transplantes e assuntos correlatos, com os convidados mencionados na pauta.

Discutir e votar proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 257/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 702/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 738/2011, do Deputado Doutor Viana; 740/2011, do Deputado Elismar Prado; 754/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 25/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 665/2011, do Deputado Célio Moreira.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 540, 541, 542, 594 e 667/2011, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4 e 6/2011, do Governador do Estado (sobre emendas); 89/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 583/2011, do Deputado Elismar Prado; 812/2011, do Deputado Zé Maia; e 874/2011, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 750/2011, dos Deputados Fred Costa, José Henrique, Anselmo José Domingos, Antônio Carlos Arantes, Bonifácio Mourão, Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Délio Malheiros, Duarte Bechir, Ivair Nogueira, João Vítor Xavier, Neilando Pimenta, Rômulo Viegas e Tenente Lúcio e das Deputadas Ana Maria Resende e Luzia Ferreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 641/2011, do Deputado Doutor Viana; 745/2011, do Deputado Carlin Moura.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 717/2011, do Tribunal de Contas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 605/2011, do Deputado Arlen Santiago; 875/2011, da Deputada Rosângela Reis; 905/2011, do Deputado Duarte Bechir; 952/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 964/2011, do Deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 687/2011, do Deputado Bosco; 689/2011, do Deputado Neilando Pimenta; 695/2011, do Deputado Elismar Prado e da Deputada Liza Prado; 701/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 938/2011, do Deputado Antônio Júlio, e 969/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 25/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 25/5/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e na 2ª Parte, à apreciação de pareceres e requerimentos e das Indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes das Sras. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP; Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente da Autarquia Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg; dos nomes dos Srs. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig; José



Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG; Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG; e Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex.

Palácio da Inconfidência, 24 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2011, às 10 horas, no Município de Unai, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, os problemas enfrentados pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Bosco, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, e os Deputados André Quintão, Fred Costa, Antônio Lerin, Bosco e Carlin Moura, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 26/5/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, com a finalidade de discutir a situação do Mercado Santa Tereza.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Carlos Miranda, Juninho Araújo, Pompílio Canavez e Tadeu Martins Leite, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; os Deputados André Quintão, Fred Costa, Antônio Lerin, Bosco e Carlin Moura, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 30/5/2011, às 9 horas, no Colégio Nazareth, Município de Araçuaí, com a finalidade de debater, em audiência pública, a situação dos cortadores de cana em face da acelerada mecanização do campo, que resulta em enorme mão de obra ociosa na região, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Rosângela Reis, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 321/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Relatório

O projeto em tela, do Deputado Sargento Rodrigues, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.813/2009, dispõe sobre a divulgação no âmbito das repartições públicas estaduais de Minas Gerais e nas empresas privadas que celebram contrato de adesão, da Lei nº 11.785, de 22/9/2008, que define o tamanho mínimo da fonte em contrato de adesão.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 24/2/2011, preliminarmente foi o projeto distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe, agora, a esta Comissão analisar o mérito da proposição, nos termos do art. 102, IV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Lei Federal nº 11.785, de 22/9/2008, alterou a redação do art. 54 da Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90, que contém o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Foi acrescentado o § 3º ao mencionado artigo, com o objetivo de tornar obrigatória a redação dos contratos de adesão com caracteres ostensivos e legíveis, cuja fonte tenha tamanho não inferior ao corpo 12, de modo a facilitar a leitura do consumidor.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise jurídico-constitucional, entendeu que a proposta visa a garantir ao consumidor informação a mais completa possível quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas na relação contratual. Enfatizou ainda que o



projeto exterioriza o princípio da transparência e da devida informação, que deve permear toda e qualquer relação de consumo, sendo consentâneo admitir, sob esse aspecto, a obrigação de que os contratos dessa natureza contenham uma linguagem clara e acessível e estejam redigidos em caracteres cujo tamanho garanta sua fácil leitura.

Esta Casa Legislativa, em diversas oportunidades, avalia propostas que procuram suplementar, no âmbito estadual, a legislação consumerista, visando a assegurar ao consumidor condições para que não seja enganado quando de suas relações com o mercado de consumo. Desse modo, deve ser admitido todo e qualquer projeto que trate dos direitos e das garantias asseguradas a todos os cidadãos por meio dos comandos constitucionais e legais, conforme ocorre no caso em análise.

Assim como proposto quando do trâmite do Projeto de Lei nº 3.813/2009, entendemos ser pertinente a apresentação, ao final deste parecer, do Substitutivo nº 1, com o fito de adequar o texto do projeto aos preceitos da técnica legislativa e de compatibilizá-lo com as normas de proteção ao consumidor, notadamente no que diz respeito à penalização daqueles que descumprirem os comandos nelas contidos.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 321/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Torna obrigatória a divulgação dos dispositivos da Lei Federal nº 11.785, de 22 de setembro de 2008, que altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – CDC –, para definir tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os fornecedores que celebram contratos de adesão e os órgãos públicos do Estado ficam obrigados a afixar, em locais de maior circulação de pessoas e de fácil visibilidade, cartazes ou avisos contendo as seguintes informações:

“Nos contratos de adesão o tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.785, de 22 de setembro de 2008”.

Art. 2º – Os veículos de comunicação do Estado destinarão espaço a campanha de divulgação do disposto na Lei Federal nº 11.785, de 2008.

Art. 3º – Caberá aos órgãos de proteção e defesa do consumidor a fiscalização do cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 4º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penas previstas nos arts. 56 a 59 da Lei Federal nº 8.078, de 1990.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do trigésimo dia contado de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Carlos Henrique, relator - Liza Prado.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 369/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

O projeto em análise, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 751/2007, “dispõe sobre deveres no recebimento de produtos viciados para reparos e estabelece as informações que, nesses casos, devem ser fornecidas ao consumidor”.

Remetida a proposição à Comissão de Constituição e Justiça, para análise preliminar, esta concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do projeto.

Em cumprimento do disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 1.418/2011, de autoria do Deputado Gustavo Corrêa, o qual torna obrigatória a manutenção de postos de coleta de produtos defeituosos nos Municípios em que não haja assistência técnica especializada ao consumidor.

Vem agora a matéria a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria sob comento já tramitou nesta Casa em duas legislaturas anteriores (PLs nºs 751/2007 e 3.216/2006), ocasiões em que foi analisada de forma detalhada por esta Comissão, que propôs um substitutivo ao texto original.

A proposição nº 1.418/2011, ora anexada ao projeto, também resultante de desarquivamento de projeto de lei que tramitou nesta Casa em legislatura anterior (PL nº 816/2007), reproduz, na íntegra, o substitutivo apresentado por esta Comissão na análise que fez da matéria, o qual ora rerepresentamos, por ser parte integrante do parecer ao Projeto de Lei nº 3.216/2006, que reproduzimos a seguir com ligeiras adaptações.

“A proposição em análise pretende estabelecer regras para os fornecedores relativas ao recebimento de produtos defeituosos encaminhados por consumidores para reparos, conforme assegura a Lei Federal nº 8.078, de 11/9/90, que contém o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Na justificação da proposição, é assinalado que ‘o consumidor que identifica vício no produto tem encontrado dificuldades em fazer prevalecer os seus direitos’. Isso ocorre porque, ‘não raras vezes, quando decide entregar o produto para reparo, é impelido a levá-lo a um terceiro, o qual estaria encarregado pelo fornecedor de sanar o vício’. Nessa hipótese, ocorrendo qualquer problema na reparação do vício, como o desrespeito ao prazo previsto no art. 18, § 1º, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, ‘o consumidor que ingressa em juízo, perante o fornecedor, tem sido surpreendido com a alegação de que o produto nunca foi entregue a este para



reparos, mas sim para terceiro particular deliberadamente escolhido'. A justificação conclui, ainda, que 'o consumidor de boa-fé, frequentemente, não dispõe de qualquer comprovante escrito que ateste a relação entre o terceiro encarregado do reparo e o fornecedor'.

Inicialmente, deve-se ressaltar que a Constituição da República alçou a defesa do consumidor ao patamar de direito fundamental, nos termos do art. 5º, XXXII, bem como o princípio da ordem econômica, conforme dispõe o art. 170, V, além de prever, no art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a elaboração de um Código de Defesa do Consumidor.

Visualiza-se, assim, a importância dada pelo constituinte a essa matéria, tendo, portanto, o Estado o dever de promover esse direito na forma da lei. Nesse sentido, impõe-se ao legislador estadual tornar efetiva a proteção constitucional por meio de normas consentâneas com a tutela do consumidor.

Nessa conjuntura, reconhecemos a nobre intenção parlamentar de promover a defesa do consumidor. No entanto, existem algumas considerações a serem feitas quanto ao mérito da proposição em estudo.

Em primeiro lugar, é fato que, antes da entrada em vigor do Código de Proteção e Defesa do Consumidor – Lei Federal nº 8.078, de 1990 –, o consumidor tinha grande dificuldade para obter a reparação de vícios de produtos adquiridos. Contudo, com a edição do código, foi criada a figura da responsabilidade solidária entre os fornecedores dos produtos, o que incluiu o comerciante varejista, que é, entre os entes compreendidos pela definição de fornecedor, o mais próximo do consumidor e o primeiro a receber a reclamação, no caso de vício ou defeito do produto.

Com efeito, dispõe o referido código:

'Art. 18 – Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade e quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

§ 1º – Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I – a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III – o abatimento proporcional do preço.'

Vê-se, pois, que o estabelecimento de venda é responsável pelo produto oferecido ao consumidor, não podendo abster-se disso.

Na prática, atualmente, grande parte dos produtos vendidos pelo comércio varejista vem acompanhada de manual de instruções, o qual contém a listagem das assistências técnicas autorizadas. Nesse caso, ao vender o produto ao consumidor, o comerciante já disponibiliza previamente todos os dados daquele que, eventualmente, deva efetuar algum reparo. Note-se, assim, que o art. 2º do projeto é inócuo, pois pretende justamente obrigar o fornecedor a entregar ao consumidor declaração por escrito na qual constem os dados do terceiro eleito para efetuar eventuais reparos no produto.

Assim, não é razoável obrigar o fornecedor a dar tal declaração, uma vez que o consumidor já dispõe de todas as informações necessárias no manual de instruções do produto. A isso acrescenta-se que, em muitos casos, há uma extensa listagem de terceiros habilitados, o que forçaria o estabelecimento de venda a mencionar todos na pretendida declaração, sob pena de estar violando o direito da livre concorrência.

A esse respeito, vale lembrar que o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em seu art. 4º, III, estabelece como um dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo a 'harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170 da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores'. Disso resulta que o legislador deve abster-se de estabelecer ônus ou obrigação desproporcional aos participantes das relações de consumo.

Apenas para exemplificar, se considerarmos um supermercado ou uma grande loja, teremos a dimensão do volume de declarações impressas ao consumidor, o que levaria o estabelecimento, em muitos casos, a designar um ou mais funcionários para exercer exclusivamente essa função. Trata-se, portanto, de medida desprovida de razoabilidade, como já foi enfatizado, considerando que o consumidor já recebe todas as informações necessárias.

Além disso, ainda que o produto não tenha assistência técnica autorizada, é importante esclarecer que, caso apresente algum defeito, deve ser encaminhado à fábrica, e não a locais não habilitados e sem as especificações técnicas do fabricante. Nessa hipótese, não compete ao comerciante fazer nenhuma indicação, mas, tão somente, devolver o produto à fábrica.

No que toca à emissão de recibo por parte daquele que recebe o produto para reparo, conforme preceitua o art. 4º do projeto em questão, entendemos que se trata de previsão desnecessária, uma vez que o consumidor, em decorrência das práticas comerciais e da aplicação dos usos e costumes, tem direito a recibo no qual conste o que foi entregue para reparo, com as especificações bem como a data da entrega. Nesse ponto, convém lembrar que o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, em seu art. 39, II, ao tratar das práticas abusivas, estabelece que é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços 'recusar atendimento às demandas dos consumidores (...) de conformidade com os usos e costumes'.

Por outro lado, não são raras as situações em que o consumidor adquire um produto em um Município em que não há serviço autorizado. Neste caso, entendemos que o consumidor necessita de tutela, não podendo recair sobre ele o encargo de providenciar o encaminhamento do produto à assistência técnica. Dessa forma, buscando corrigir tal situação de desequilíbrio, que, sem dúvida, acarreta ônus desproporcional ao consumidor, apresentamos ao projeto o Substitutivo nº 1, de modo a obrigar os comerciantes e as fábricas a manterem postos de coleta de produtos defeituosos nos Municípios em que não haja assistência técnica especializada ao consumidor.



A remissão às penalidades previstas no art. 56 e seguintes do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a serem aplicadas aos fornecedores que descumprirem os preceitos da lei, mostra-se oportuna, uma vez que uniformiza os procedimentos adotados pelos órgãos de proteção do consumidor.

Por fim, verificamos ser necessária a concessão do prazo de 180 dias para que os comerciantes e as fábricas possam adequar-se, definindo a forma como farão a coleta dos produtos”.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 369/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Torna obrigatória a manutenção de postos de coleta de produtos defeituosos nos Municípios em que não haja assistência técnica especializada ao produto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam os comerciantes e as fábricas obrigados a manter postos de coleta de produtos defeituosos nos Municípios em que não haja assistência técnica especializada ao produto.

Art. 2º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no art. 56 e seguintes da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º – Os estabelecimentos a que se refere o art. 1º terão o prazo de cento e oitenta dias para se adequar às disposições desta lei, contados da data de sua publicação.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Carlos Henrique, relator - Liza Prado.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 425/2011

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Sargento Rodrigues, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.669/2008, dispõe sobre a divulgação do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais na forma do art. 2º da Resolução 3.518, de 2007, do Banco Central do Brasil, no âmbito das repartições públicas estaduais de Minas Gerais.

Publicado em 26/2/2011, foi o projeto distribuído preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, que emitiu parecer concluindo por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1.

Agora, para atender ao que dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, IV, “a”, do Regimento Interno, vem a proposição a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

O projeto sob comento obriga os órgãos públicos estaduais a reservar espaço em locais de maior circulação de pessoas para a afixação de cartazes ou similares, contendo explicação sobre a proibição da cobrança de tarifas bancárias pela prestação dos serviços bancários considerados essenciais, nos termos da Resolução nº 3.528, de 2007, do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Constituição e Justiça informou que não há óbices à iniciativa legislativa, mas destacou que existem equívocos passíveis de retificação, tais como a previsão de espaço no órgão oficial de imprensa destinado à divulgação de campanhas relativas à proibição de cobrança bancária, a fixação do prazo de 60 dias para ulterior regulamentação da lei pelo Poder Executivo, além de se fazerem necessários ajustes relativos à adequação do texto à técnica legislativa. Fazendo esses ajustes a Comissão concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

O projeto trata de exigências de divulgação, por meio dos órgãos públicos estaduais, de conteúdo de normas administrativas atinentes à vedação de cobrança de tarifas bancárias para os serviços considerados essenciais, de grande interesse para a população e de total pertinência no que diz respeito a refrear atos lesivos ao consumidor pelos agentes bancários.

Não há dúvida de que a divulgação efetiva, nos órgãos públicos, em locais de maior circulação de pessoas, seja na forma de afixação de cartazes, de avisos que contenham informação sobre vedações de cobrança de determinadas tarifas bancárias, seja com a realização de campanhas pelos veículos de comunicação impressa, televisiva, radiofônica ou eletrônica dos Poderes do Estado, evita a existência de atos lesivos a consumidor.

Assim sendo, o projeto de lei apresentado suplementa a proteção emanada pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, além de garantir informação e conscientização ao cliente bancário. Esta Comissão entende, além disso, que as medidas sugeridas pela proposição em tela são carregadas de relevante significado social e que, por essa razão, o projeto deve prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 425/2011 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente e relator - Liza Prado - Carlos Henrique.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/5/11, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções n^os 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa n^os 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Alexandre Barros de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

exonerando Carla Elias de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

exonerando Djalma Guimarães de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1^a-Secretaria;

exonerando Edmilson Gonçalves do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1^a-Secretaria;

exonerando Fernando Antônio Lopes Alves do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

exonerando Flávia Aparecida Siqueira Pereira de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

exonerando Marcos Antônio Ribeiro de Souza do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1^a-Secretaria;

exonerando Marcos Cesar Ribeiro Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

exonerando Marília Penido Barros Oliveira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

exonerando Osvaldo Melo de Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

exonerando Paulo Tarso de Melo do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1^a-Secretaria;

nomeando Alexandre Barros de Souza para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Daniel Gonçalves Rosa para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Fernando Antônio Lopes Alves para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Marcos Antônio Ribeiro de Souza para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1^a-Secretaria;

nomeando Marcos Cesar Ribeiro Pereira para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Maria Consuelo Bouzas de Almeida para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Marília Penido Barros Oliveira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando Osvaldo Melo de Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS.

nomeando Paulo Tarso de Melo para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1^a-Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução n^o 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3^o da Emenda Constitucional n^o 47, de 5/7/05 c/c o artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, acrescido pelo artigo 48 da Emenda à Constituição n^o 84, de 22/12/10, observados os termos das Leis n^os 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, 17.637, de 14/7/08, da Lei Complementar n^o 64, de 25/3/02, e da Resolução n^o 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16/5/11, a servidora Solange Nagem Sabbagh, CPF: 295.428.636-91, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Redator-Revisor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.